

Ser veritativo e ser temporal**

RESUMO

O presente artigo argumenta que o ser veritativo é essencialmente temporal ou que o ser temporal é apenas um outro aspecto deste mesmo ser. A cópula aparentemente atemporal – como, por exemplo, nas sentenças matemáticas – expressa um ser no modo “abstrativo”, i.e., num modo de conhecimento que abstrai de aspectos essenciais do real. Se aceitamos que a visão atemporal-matemática do real é secundária e advém do concreto, então a temporalidade da realidade concreta também é a marca originária do ser veritativo: o modo temporal originário da verdade é o presente, sendo que seu sentido fundamental é o manifestar-se no sentido de Heidegger, a *a-letheia*. Porém, como o presente é essencialmente interconectado com o passado e o futuro, a verdade desdobra-se em aspectos análogos aos modos temporais do passado e do futuro. O primeiro é o aspecto realista ou objetivo da verdade. O segundo apresenta seu aspecto pragmático ou justificativo. Destarte, resulta uma nova teoria tripartite da verdade, a qual explicita as duas vertentes mais fortes no debate atual sobre as teorias da verdade como aspectos integrais do fato e do conceito de verdade, cujo centro é o terceiro aspecto: o caráter fenomenal da verdade. Por este, o real, é originalmente e fundamentalmente direcionado a subjetividade finita no mundo: o fisicalismo que abstratamente constrói um olhar de lugar nenhum não pode ser a *verdade sobre o real*.

Palavras-chave: Verdade; tempo; sujeito; fisicalismo.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Artikel argumentiert dafür, dass das veritative Sein wesentlich temporal verfasst ist oder dass beide nur verschiedene Aspekte des einen Seins darstellen. Dagegen stellt die anscheinend atemporale Kopula – wie sie z.B. in mathematischen Sätzen auftritt – einen „abstraktiven“ Modus des Seins dar, das heißt einen Modus der Erkenntnis, in dem wesentliche Aspekte des Realen ausgeblendet sind. Wenn man dagegen akzeptiert, dass die atemporal-mathematische Betrachtung des Realen sekundär und das Konkrete das Ursprüngliche ist, dann ist die Zeitlichkeit der Realität zugleich wesentliches Merkmal des veritativen Seins: Der ursprüngliche temporale Modus der Wahrheit ist die Gegenwart, und ihr grundlegender Sinn ist das Sich-Zeigen – im Heideggerschen Verständnis von *a-letheia* bzw. *alethein*. Allerdings ist die Gegenwart wesentlich verwoben mit der Vergangenheit und der Zukunft. Erstere stellt im Bezug auf die Wahrheit deren realistischen oder deren Objektivitätsaspekt dar, letztere ihren pragmatischen oder den Rechtfertigungsaspekt. So ergibt sich schließlich eine neue, dreigliedrige Wahrheitstheorie, die die zwei Hauptströmungen der einschlägigen aktuellen Debatte als integrale Aspekte des Faktums und Begriffs der Wahrheit erklärt, in dessen Zentrum jedoch der dritte, der phänomenale Aspekt der Wahrheit steht. In diesem letzteren ist das Reale ursprünglich und grundlegend bezogen auf endliche, innerweltliche Subjektivität: Der Physikalismus, der abstrakt einen Blick von nirgendwo konstruiert, kann im präzisen Sinn nicht *die Wahrheit über das Reale* sein.

Schlüsselbegriffe: Wahrheit; Zeit; Subjekt; Physikalismus.

* Professor de Filosofia na Universidade Ruprecht-Karl de Heidelberg/Alemanha.

** Tradução de Fernando R. de Moraes Barros (UFC).

O ser veritativo enquanto ser temporal

O ser veritativo, o qual também pode ser chamado de ser verdadeiro ou “ser-o-caso” [*Der-Fall-Sein*], vem à baila em dois níveis; de um lado, num nível basilar e tácito, e, de outro, num nível explícito, i. e., na elevação semântica. Somos basilares em toda pretensão de verdade que reivindicamos oralmente, como, por exemplo, quando dizemos: “As vacas não fumam a relva, senão que a devoram.” Na elevação semântica, tornamos isso explícito, e dizemos: “É verdade que as vacas não fumam a relva, mas a devoram.” O explícito ser verdadeiro da elevação semântica, cujos portadores são as opiniões, comentários, sentenças, foi declarado por Aristóteles, no Capítulo 4 do Livro E de sua *Metafísica*, como algo ontologicamente irrelevante; sendo que, no Capítulo 10 do Livro \square , o ser implícito e basilar é, em contrapartida, definido como o ser propriamente dito, aquilo de que se trata, quando se empreende a pergunta pelo ente enquanto ente, pelo ente em seu ser, enfim, pelo ser do ente. (Met. E 4, 1027b29-1028a4, bzw. Met. \square 10, 1051a34-b6.).

O ser temporal não é diferente do ser veritativo, senão que o mesmo sob um outro ângulo de visão. Essa é, ao menos, uma das teses a serem defendidas no texto que se segue. O ser temporal nos é implícito e basilar em toda pretensão de verdade que sustentamos oralmente, seja no presente, seja pretérito, ou, então, no futuro. No entanto, a base inicial e a forma fundamental dos verbos temporais consistem, sem dúvida, no presente do tempo verbal. Se não acrescentarmos mais nada em nosso discurso, nenhuma marca específica de flexão, nenhum advérbio temporal ou qualquer coisa do tipo, então falaremos no presente.

Já se ouviu dizer que há línguas sem tempos verbais; mas o que isso efetivamente significa ou deveria significar é o fato de

que, em algumas línguas, os tempos verbais não são indicados mediante a flexão dos verbos, senão que sem nenhuma marcação peculiar, como no caso do tempo presente, ou, então, tal como se dá no caso dos demais tempos verbais, por meio da adição de advérbios apropriados ou outras palavras. Em vez de dizer “eu fui”, dir-se-á, quiçá, “vou anteriormente”; e, em vez de “eu irei”, afirmar-se-á, por exemplo, “vou futuramente.”

Naturalmente, somos livres para definir um tempo verbal geral, neutro, genérico, disjuntivo, para cuja expressão linguística oferece-se o próprio modo infinitivo. Com vistas a isso, poderíamos introduzir (com Wilfrid Sellars) sentenças abertas de acordo com o esquema “X ser F para o ponto temporal t ”, de sorte que definiríamos:

X ser F para $t \leftrightarrow_{Df}$ (x é F para t ou x foi F para t ou x será F para t)¹

A fim de conseguir avaliar melhor aquilo que está ou não em jogo neste tipo de definição, tencionamos operar, aqui, uma distinção entre conceitos abstratos e abstrativos ou conteúdos gerais de pensamento.

Conteúdos abstratos são onipresentes, indispensáveis, admissíveis e inofensivos; todo conceito universal é um exemplo disso. Conteúdos abstrativos são, por seu turno, conteúdos abstratos de uma espécie peculiar – igualmente indispensáveis e admissíveis para determinados fins, mas tendencialmente enganosos, porque se deixam confundir facilmente com simples conteúdos abstratos, dos quais, porém, eles precisam ser diferenciados. A cópula definida e disjuntiva “ser” é abstrata, genérica e neutra em termos de seu tempo verbal. Se se trata de fundamentar um enunciado da forma “x ser F para t ”, tornar-se-á necessário, porém, mencionar uma das frases “x é F para t ”, “x foi F para t ” ou “x será F para t .” Qual dentre estas possíveis fundamentações é a acertada, eis, pois, algo que já não decorre do tempo verbal genérico conso-

¹ Cf. Sellars, Wilfrid “Time and the World Order” In: *Minnesota Studies in the Philosophy of Science: Scientific Explanation, Space, and Time* (Vol. III) Edição organizada por Herbert Feigl und Grover Maxwell. Minneapolis, 1962, pp. 527-616 (doravante: TWO), p. 533.

ante a “x ser F para t”. As características específicas do tempo verbal são como que liquidadas e já não podem ser restabelecidas a partir do tempo genérico. Tal é o modo bastante familiar da universalidade abstrata ou de gênero; e, por conta de sua familiaridade, ela habitualmente não nos conduz ao erro.

Em contrapartida, denomino abstrativo um conteúdo abstrato cuja abstratividade [*Abstraktheit*] acha-se obscurecida, podendo ser tomada, conseqüentemente, por um conteúdo concreto. Imagina-se, porém, que disporíamos de um conceito não padronizado de ser vivo, cujo conteúdo não tivesse de ser, respectivamente, um vivente específico – um ser humano, cavalo, cão, pássaro ou algo do tipo -, senão que deixaria em aberto, por assim dizer, se, além de seres humanos, cavalos, cães etc., poderia haver um puro ser vivo enquanto tal. Um conceito de vivente não padronizado como este não seria meramente abstrato e genérico, mas abstrativo; sua natureza genérica não estaria codificada em seu papel inferencial, achando-se, portanto, desfigurada. Ao uso de tal conceito abstrativo de ser vivo estaria associada, pois, a expectativa de que há um plano do real, talvez um plano profundo e inobservável, sobre o qual se deveria esperar, sem mais nem menos, puras criaturas que se movessem ao lado dos seres humanos, cavalos e cães - caso estes últimos ainda devessem existir em tal plano.

E isso apenas para dar uma aplicação prática à mencionada distinção. A definida cópula neutra é abstrata e genérica. Aquele que com ela opera não estará tentado, justamente por isso, a concluir que o ser veritativo e o ser temporal são, objetivamente, de dois tipos distintos; senão que, ao contrário, tornar-se-lhe-á claro que todo “ser-o-caso” concreto é um ser atinente ao presente, ao passado, ou, então, ao futuro; que a veritatividade encerra a temporalidade, ou, melhor ainda, que ambas, veritatividade e temporalidade, constituem dois aspectos essenciais de um e mesmo “ser-o-caso”.

Algo bem diferente se dá, em contrapartida, com a cópula matemática. Do ponto de vista gramatical, os axiomas da matemática são formulados no presente verbal, mas,

em termos lógicos, o tempo aqui permanece inativo. A asserção da sentença “Angela Merkel é Chanceler Federal” é compatível com o fato de que, há vinte anos, Angela Merkel ainda não era Chanceler Federal, bem como com a ideia de que, daqui a vinte anos, ela provavelmente não mais o será; a asserção da proposição “ $7 + 5 = 12$ ” não deixa, porém, tais possibilidades em aberto. Que ela esteja formulada no tempo do presente, eis algo que não resulta em nada; aqui, assim como em outras sentenças matemáticas, o tempo verbal não desempenha nenhum papel inferencial; é, pois, algo estéril em termos inferenciais, um ornamento, digamos, puramente verbal. Por isso, aparentemente, na matemática apenas o ser veritativo, sem coloração temporal, é declarado. Noutras palavras: no que concerne ao seu tempo verbal, o ser veritativo da matemática não vem à tona de modo disjuntivo e genérico, senão que como uma espécie adicional e atemporal do próprio ser veritativo, ao lado das espécies temporais, sendo comparável, nesse sentido, às puras criaturas que, junto a cães e gatos, seres humanos e cavalos, habitam seus próprios nichos ecológicos.

Mais vale, porém, tentar esclarecer que tal aparência se deve a uma abstração ulterior, sendo que a cópula matemática não é apenas uma cópula abstrata, senão que um conteúdo abstrativo. Pois não se trata, em absoluto, de afirmar que o ser temporal se junta habitualmente ao ser veritativo, mas não ao ser da matemática; trata-se, antes do mais, de dizer que, graças a uma incisiva abstração, a única coisa que resta do genuíno ser veritativo-temporal na matemática é o seu lado veritativo, o qual, é claro, pode erguer-se sobre seus próprios pés (ou voar com suas próprias asas) tão pouco quanto uma pura criatura. Por isso, não se pode esperar outra coisa senão que a matemática, bem como todas as teorias matematicamente formuladas, e, em especial, a física teórica, tenham de ser abstraídas a partir de determinados traços básicos do real, aceitando-se de bom grado que não há, efetivamente, objetos matemáticos – em todo caso, não enquanto entidades substanciais com leis próprias.

A razão desse estado de coisas reside mais exatamente no fato de que o real, em virtude de sua constituição ontológica, só é epistemicamente acessível aos sujeitos finitos e corpóreos em seu meio (em todo caso, externamente não observáveis). Um olhar não perspectivista lançado a partir de um lugar indefinido não constitui, em rigor, nenhuma abordagem original, apropriada à constituição ontológica do real, mas, no máximo, um construto adicional, o qual é comprado ao custo de uma abstração geral dos traços essenciais do real. As coisas possuem qualidades fenomenais que só lhes vêm à plena luz, quando, dentre elas, surgem aquelas coisas que são sujeitos encarnados, pessoas. Que, porém, em um dado momento e num dado lugar do universo, surjam pessoas que se referem perceptiva e reflexivamente ao real - inclusive a si mesmas - sob uma perspectiva irreduzível e finita, eis algo que constitui uma verdade necessária: não há mundo possível sem um sujeito intramundano [*innerweltliche*]. Denomino essa proposição tese da subjetividade. Porque já me utilizei, alhures, de pilhas de papel para fundamentá-la, hei de tomá-la, aqui, por certa.

A objetividade do presente e outras disanalogias espaços-temporais

Impõe-se, em nosso contexto, uma comparação entre as perspectivas temporal e espacial. Mediante um sujeito corpóreo, uma dada área é definida no espaço como sua respectiva área *local*. Meu próprio corpo serve-me, a propósito, de sistema de referência para a fixação de um sistema de coordenadas pessoal, egocêntrico e espacial, cuja origem está *aqui*, onde eu estou; ou, mais precisamente, atrás de meus olhos, em minha cabeça, sendo que carrego comigo essa referência ao longo do meu caminho através do espaço, tal como uma bússola portátil. Acerca de seu sistema de coordenadas, Fritz Mauthner escreve em seu *Dicionário de Filosofia*:

Conservamos a coordenada vertical, quando cambiamos a posição que nos cerca por toda parte. As duas outras coordenadas giram até suas extremidades infinitamente amplas, quando inclinamos ou viramos a cabeça" (MAUTHNER, 1923, p. 6-20). Naturalmente, meu sistema de coordenadas egocêntrico e mentalmente centrado só é útil, na medida mesma em que sei referi-lo a outros sistemas de referência, alguns dos quais também são sistemas pessoais e portáteis - os sistemas egocêntricos de coordenadas de outras pessoas -, ao passo que outros, no entanto, gozam de um fundamento mais estável e intersubjetivo, tal como o sistema de latitude e longitude sobre a superfície da Terra, ou, então, pura e simplesmente, sistemas de indicação de distância e direção no marco de lugares proeminentes, como, por exemplo, montanhas, fontes, lagos, cidades etc.

Enquanto a noção de local é definida mediante um único sujeito, de modo algum isso se aplica às noções de presente e atualidade. Meu sistema temporal e portátil de coordenadas é irreduzivelmente "*nunc*-cêntrico", e não egocêntrico; pois, por um lado, muitos sujeitos partilham do mesmo presente, ao passo que aqui, onde estou, no interior das superfícies de meu corpo, não há lugar para outros sujeitos; e, por outro, partindo do passado e visando, esperançosamente, ao futuro, passando pelo instante atual, pelo dia de hoje, estendo-me sobre este ano todo. Na interação e comunicação com uma outra pessoa, sou obrigado a levar especificamente em consideração sua discrepante perspectiva espacial - ela se acha lá, eu aqui e vós acolá; aquilo que para ela é direita, é, para mim, esquerda, e vice-versa. No entanto, não tenho de ter especificamente em linha de conta sua perspectiva temporal, pois, excetuando as sutilezas relativísticas, sua perspectiva é a mesma que a minha. Na comunicação imediata, quando a transposição de sinais se dá num piscar de olhos, decorre para a outra pessoa o mesmo que me decorreu, sendo que aquilo que se me apresenta como futuro, também a ela assim se apresentará, o que a mim me parece presente, a ela também parecerá, e vice-versa.

Aproximamo-nos, aqui, da razão pela qual o ser veritativo, quer dizer, o ser essencialmente temporal, não pode ou precisa ser apreendido espacial ou localmente. Na comunicação imediata, todos os interlocutores partilham do ponto de vista temporal, bem como da orientação temporal, mas não da orientação e do ponto de vista espaciais. Além disso, há ainda, é claro, a tridimensionalidade do espaço, a qual implicaria o fato de que, à diferença do que ocorre com o tempo verbal – o qual se cinde em três tempos principais –, teríamos de levar em conta um possível lugar verbal a ser dividido em vinte e sete localizações principais – segundo, pois, a raiz quadrada de três ao cubo. Essa seria, porém, apenas uma consideração adicional. A razão sistemática da não aplicação de um lugar verbal, ou, melhor dizendo, de um ser local, tem a ver com o presente intersubjetivamente compartilhado e supra-pessoal, para o qual não existe nada equivalente no caso do espaço.

Sem prejudicar seu caráter perspectivista, o presente compartilhado é um presente intersubjetivo, um fenômeno objetivo inclusive, o qual não pode ser apreendido e descrito a partir de uma formulação matemática. A física teórica permanece, por isso, estupefata diante do traço intersubjetivo e até mesmo objetivo que faz do instante atual um instante efetivamente atual, tornando presente o próprio presente. Aqui se manifesta, de forma patente, o caráter abstrativo da cópula físico-matemática: nas ciências matemáticas da natureza, passa-se ao largo, não apenas dos aspectos psíquicos e sociais, senão que de um fenômeno físico fundamental, a saber, da atualidade do presente, e isso sem consciência crítica de que lhe falta algo.

Se compararmos o tempo com uma dimensão espacial, poderemos distinguir, pois, três níveis de peculiaridade temporal. Em primeiro lugar, o tempo é um eixo de determinação nomológica, i. e., o passar do tempo acha-se inter-relacionado com o real definido conforme as leis naturais; as dimensões espaciais, em contrapartida, não constituem tais eixos de determinação. To-

davia, a determinação nomológica não distingue nenhuma das duas direções temporais entre si. Consequentemente, as ciências básicas da natureza desconhecem qualquer assimetria temporal ou flecha do tempo. Nesta última, revela-se o excesso de uma causalidade robusta e assimétrica acima da mera determinação nomológica, indicando, com isso, o segundo nível da peculiaridade temporal. O terceiro nível consiste na intersubjetividade e objetividade do presente atual, o qual não possui nenhum equivalente espacial. Os níveis segundo e terceiro de peculiaridade têm a ver com a constatação de que um falante pode, mediante duas expressões distintas de “aqui”, denominar o mesmo lugar, ao passo que não lhe é dado denominar o mesmo ponto temporal mediante duas expressões distintas de “agora” (SELLARS, TWO, p. 579, nota 21).

Aos chamados níveis de peculiaridade do tempo soma-se ainda, a título de uma diferença espaço-temporal ulterior, o fato de que, entre os indivíduos concretos [*Partikularien*] basais da concepção de mundo aqui manifesta, que dizer, entre as coisas, vigora uma relação espacial, mas não temporal. (Cf. SELLARS, TWO, p. 552). Relações temporais existem apenas entre episódios (acontecimentos e estados), os quais ocorrem nas coisas e que, à guisa de indivíduos concretos, precisam ser introduzidos como um resultado das coisas.

Os aspectos da verdade e suas imbricações internas

É o que basta, por ora, a respeito das diferenças entre espaço e tempo, as quais nos tornaram compreensível o fato de o ser veritativo achar-se modificado em termos temporais, mas não espacialmente. Voltemo-nos, pois, agora, ao ser veritativo enquanto tal. Sua afinidade interna com o tempo revela-se, de pronto, na medida em que possui três aspectos essenciais que permitem ordenar os modos temporais um a um, a saber: um aspecto fenomenal, como equivalente do presente, um aspecto realista, como correlato do passado, e, por fim,

um aspecto pragmático, enquanto equivalente do futuro.²

Quando sustentamos uma pretensão de verdade, i. e., quando falamos ou queremos dizer algo, presumimos, via de regra, que as coisas ocorrem tal como nós as pensamos, mas isso independentemente do fato de nós as pensarmos conforme nossa opinião. Não é porque digo que Heidelberg fica às margens do Neckar que tal cidade se situa à beira de tal rio, senão que, justamente porque Heidelberg fica à margem do Neckar - independentemente do estatuto da minha afirmação - que minha opinião correspondente é verdadeira. E é precisamente essa independência do real em relação à minha opinião ao seu respeito que me faz reivindicar, implicitamente em minha crença, que esta última deve valer objetivamente. Tal é, pois, nossa implícita tese geral da objetividade, o mesmo é dizer, o aspecto realista da verdade e do ser veritativo.

Se, porém, o aspecto realista da verdade fosse, já de si, a inteira verdade sobre a verdade, tal como é ensinado pelos partidários do assim chamado realismo metafísico, então todos nossos esforços para determinar a verdade conforme procedimentos determinados não passariam de encantamentos infrutíferos. Em nossas atividades de fundamentação, iríamos, pois, girar rodas que não se acham ligadas ao mecanismo do verdadeiro e do real. O realismo metafísico assenta-se acintosamente sobre a tese de que, mesmo nossas melhores teorias – as mais bem fundamentadas – podem ser falsas em seu fundamento. Na medida em que iguala a verdade ao seu aspecto realista, ele a converte numa relação meramente factual e indiscernível entre nossas opiniões e o real. O mundo das razões iria, então, tal como uma superestrutura ilusória, girar no circuito aberto e vazio do mundo das coisas, sendo que já não mais haveria quaisquer critérios ou condições certificáveis de aplicação ao conceito de verdade. Mas, com isso, o conceito de verdade de-

gradar-se-ia num mero *candidato* a conceito, e, como se não bastasse, num conceito basicamente inoperante; pois, a um conceito pertencem essencialmente condições de aplicação ou, no mínimo, critérios de utilização logicamente adequados (ainda que, em princípio, frouxos).

Do lado oposto ao espectro das teorias, a concepção pragmática de verdade afirma que esta última é imanente ao nosso agir. Nossos métodos de fundamentação, justificação e verificação, bem como as normas sob as quais eles se colocam, definem, desse modo, o que é a verdade. O mundo verdadeiro é, nesse trilho, o mundo das razões. Devemos, a ser assim, abandonar a lógica clássica, tal como gentilmente indicou e demonstrou Michael Dummett; afinal de contas, iremos sempre encontrar pares de proposições e suas respectivas negações, as quais, mediante nossos métodos, não permitem verificar, justificar e fundamentar nem um membro nem o outro. O pragmatismo constitui um anti-realismo e o anti-realismo, por seu turno, um abandono do princípio do terceiro excluído, e, com isso, da própria lógica clássica. O conflito entre o realismo metafísico e o pragmatismo a propósito do conceito de verdade é, por assim dizer, uma gigantomaquia em torno da lógica clássica.

Nessa gigantomaquia entre os amigos das coisas e os amigos das razões, a verdade não se acha em nenhum dos lados, senão que cada qual possui apenas uma meia-verdade. A exitosa posição intermediária, porém, fia-se na tese de que o princípio do terceiro excluído e o princípio de bivalência, assim como a lógica clássica em geral, não valem como princípios constitutivos, mas apenas como princípios regulativos, e isso com toda razão de ser. Ou, numa reformulação equivalente: a verdade possui tanto um aspecto realista quanto um aspecto pragmático. No entanto, coloca-se ainda a questão acerca de sua afinidade e compatibilidade. Pois, conforme o aspecto realista, a verdade

² Sigo, aqui, a análise de Heidegger a propósito do ser-aí, na segunda seção de *Ser e tempo*; mas, na argumentação, percorro meu próprio caminho.

independe de nossas opiniões, práticas e normas; mas, segundo o aspecto pragmático, nossas práticas de fundamentação nos permitem reconhecer o verdadeiro e o real. A mediação entre tais lados antagônicos é lograda por intermédio de um terceiro aspecto da verdade, a saber, seu aspecto fenomenal. Nossas práticas de fundamentação só são, pois, certificadoras da verdade, quando, entre elas e o real, cumpre-se a intermediação de sua fenomenalidade, seu caráter revelável, auto-indicativo. Noutras palavras: faz-se necessária a percepção sensível, para que nossas práticas de fundamentação não sejam um mero rodar em falso no circuito liso e aberto, um "giro no vazio" (McDowell). Na percepção, as coisas revelam suas propriedades fenomenais, qualitativas, seus assim chamados *qualia*, os quais não se acham, em absoluto, na mente, senão que fora dela, nas coisas, conquanto estas últimas se mostram, i. e., na medida mesma em que são epistemologicamente acessíveis. E, mediante seus *qualia*, as coisas encontram-se, em si mesmas, necessariamente relacionadas à subjetividade perceptiva que se vê em meio a elas. (Crendice é a crença humiana em entidades distintas).

A isolação e a absolutização do aspecto realista da verdade conduz ao realismo metafísico e, com isso, à perda de um conceito aplicável de verdade, e não à sua salvação. A isolação do aspecto pragmático da verdade leva ao anti-realismo e, por esse caminho, à perda da lógica clássica. A isolação do aspecto fenomenal da verdade, i. e., do fato de que as coisas se mostram à percepção sensível mediante seus *qualia*, conduz ao mito do dado [*Mythos des Gegebenen*], ou seja, à suposição de um ser imediato junto às coisas, não veiculado por meio de nossas práticas discursivas, mas que, apesar disso, deve existir em termos cognitivos. Para lograr uma teoria sustentável da verdade, cumpre, antes de tudo, evitar tomar absolutamente qualquer um dos três aspectos da verdade, mas, ao contrário, relacioná-los entre si e reconhecê-los em seu frágil equilíbrio.

Pode-se recorrer, nesse sentido, como estabilizador do frágil equilíbrio, à noção de

tempo, com seus três modos. Verdade é um conceito básico e indefinível, mas nem por isso um bloco errático à disposição do pensar; trata-se, antes do mais, de algo discursivamente articulável em seus três momentos conceituais essenciais, sendo que, através destes últimos, revela-se conectável a outros conceitos filosóficos fundamentais, tal como, no presente caso, ao conceito de tempo. Aquele que busca, não uma teoria da verdade deflacionária, mas substancial e filosófica, de modo algum deveria correr atrás da quimera de uma definição convincente de marcas distintivas, senão que, com bastante cuidado, articular conceitualmente a verdade; e, tendo articulado-a em seus momentos conceituais, cumpre-lhe relacioná-la a outros conceitos filosóficos basilares, tais como, por exemplo, *espaço*, *pensamento*, *liberdade*, *felicidade* e até mesmo ao conceito de *tempo*. Este último constitui, pois, o objeto de nossa atual tarefa, bem como nosso tema.

Aspectos da verdade e modos do tempo

Nosso entendimento originário, pré-teórico (e, a ser assim, nosso entendimento teórico-filosófico) alimenta-se da interação entre verdade e tempo, tanto de um quanto do outro. Pois, não resta dúvida que não podemos formar o conceito de tempo a partir dos recursos que nos são disponibilizados pela compreensão matemática da natureza. A cópula matemática é abstrativa em relação à temporalidade, sendo que as leis naturais básicas não permitem reconhecer nenhuma assimetria temporal e menos ainda uma distinção essencial do presente atual face aos demais tempos (ou seja, quaisquer diferenças fundamentais entres os distintos modos temporais). Nessa medida, nossa compreensão originária do tempo nutre-se da nossa compreensão acerca dos três aspectos da verdade. Inversamente, os aspectos da verdade terminariam por se desintegrar nos conceitos separados de correspondência, assertibilidade [*Behauptbarkeit*] e descobrimento [*Unver-*

borgenheit] – tal como ocorre, de fato, na habitual formação teórico-filosófica -, caso a unidade de tempo, em seus três modos, não se mostrasse como uma espécie de grampo unificador para os aspectos da verdade, haja vista que estes últimos se encontram relacionados internamente aos modos temporais, e isso da maneira que se segue.

O modo temporal do presente – para começar, pois, com ele – coincide com o descobrimento do real e, desse modo, com o aspecto fenomenal da verdade e do “ser-o-caso”. Este se refere, de seu lado, a um dos três aspectos de nossa vida consciente, ou, melhor ainda, de nosso consciente estar-no-mundo, os quais, na tradição, firmaram-se como três faculdades da alma: faculdade do conhecimento, sentimento (de prazer e desprazer) e faculdade da apetição. Denomino-as, pois, respectivamente, como os aspectos cognitivo, afetivo e voluntativo do consciente estar-no-mundo. O aspecto fenomenal da verdade diz respeito ao primeiro aspecto, o cognitivo, cuja precedência fáctica em nossa imagem do ser-no-mundo permite compreender a primazia do tempo do presente no sistema dos modos temporais e, conseqüentemente, a tendência dos gregos, diagnosticada por Heidegger, a pensar o ser em geral – o inteiro “ser-o-caso” – como presença, i. e., unilateralmente, seja a partir de sua acessibilidade epistêmica, seja a partir de seu aspecto fenomenal – contra o alerta de Heráclito, segundo o qual a natureza ama esconder-se.

Em segundo lugar, desde que o real seja objetivo, quer dizer, independentemente de nossos desejos, opiniões e normas, ele corresponde ao passado, o qual já não nos é dado influenciar, embora, inversamente, *ele* nos influencie, relacionando-se, ademais, ao aspecto afetivo da vida consciente: na medida em que estamos sempre no mundo, num apriorístico tempo perfeito, achamo-nos determinados assim ou assado, afetados emocionalmente de uma maneira ou de outra.

Em terceiro lugar, finalmente, aquilo que se encontra na esfera de influência de nossos desejos, opiniões e normas é, pois, o porvir, o qual deve ser atribuído, por conse-

quinte, ao aspecto pragmático da verdade; e, além disso, ao aspecto voluntativo da consciência, em função do qual nós agimos metodicamente sobre o real; aspecto que se refere, portanto, à faculdade da apetição, a qual, como faculdade inferior, é afetada pelo prazer e desprazer, e, como faculdade superior, i. e., como vontade racional, coloca-se sob a égide das normas racionais.

O presente enquanto presente é-nos primariamente cognitivo, descerrado pela percepção e pelas opiniões; o passado enquanto passado é-nos primariamente afetivo, descoberto pelo estado de espírito e pelo sentimento; o futuro como futuro é-nos primariamente voluntativo, explorado pelo desejo e pela vontade. Mas, os modos temporais são essencialmente indissolúveis, assim como os aspectos da vida consciente. Por isso, o passado também se nos dá a conhecer, secundariamente, em termos cognitivos, mediante a memória e a narração, sendo-nos ainda voluntativo através, por exemplo, do arrependimento. Secundariamente, o presente nos é descoberto em termos afetivos por meio do prazer ou do desprazer, e, em termos voluntativos, mediante a satisfação ou insatisfação; o futuro nos é desbravado afetivamente por intermédio da antecipação ou do medo, e, do ponto de vista cognitivo, mediante a imaginação prognóstica.

Além disso, os modos temporais são, já de si, essencialmente integrados uns aos outros, o que não ocorre com os modos de sua acessibilidade epistêmica. No presente, o passado e o futuro inter-relacionam-se mediante suas fronteiras comuns. Por outro lado, o presente, como presente real, não é pontual – pois, do contrário, ele seria nulo -, senão que constitui, ele próprio, uma duração em si mesma assimétrica, quer dizer, marcada pelo passado e pelo futuro enquanto pólos contrários.

O mesmo se dá em cada um dos três aspectos da verdade, onde cada qual representa, por seu turno, os dois outros. Faz parte do real, enquanto aquilo que há de objetivo, seu descobrimento, o qual, de sua parte, não pode ser logrado imediatamente, i. e., sem a atividade de sujeitos. Mas, de seu lado, o

descobrimto também é sempre um descobrimto que foi ativamente arrancado de um real independente. A prática das fundamentações – de dar e exigir razões – terminaria, finalmente, por cair no vazio, caso não fosse levada a cabo em relação aos fenômenos objetivos, i. e., em relação ao elemento objetivo que se nos mostra na percepção. O ser veritativo ou “ser-o-caso” também tem de ser compreendido, sobretudo, a partir dos três modos temporais, não devendo ser tomado unilateralmente a partir do modo consoante a um presente abstrativamente concebido como pura presença.

A janela temporal do presente

Indicadores espaciais tais como, por exemplo, “aqui”, “acolá”, “lá em cima à direita” etc. carecem de uma ancoragem num sistema egocêntrico de coordenadas, e, em última análise, num quadro de referências por meio do qual a origem (“aqui”), a orientação das linhas do sistema de coordenadas (“adiante”, “abaixo”, “à direita”) e a medida espacial de distância (palmo, vara, pé, passo) sejam fixadas, sendo que tal quadro já tem de estar dado anteriormente a toda referência indexical, bem como antes de toda descrição mediante conceitos gerais – e, nesse sentido, precisa ser dado *a priori*.

Eu mesmo sou esse sistema de referência. Indicadores temporais tais como, por exemplo, “já”, “depois”, “agora mesmo” e os tempos verbais em geral carecem, igualmente, da ancoragem num sistema de coordenadas temporal e, em última instância, num quadro real de referência por meio do qual a origem (“agora”), a orientação de uma coordenada do sistema (“futuro”) e uma medida temporal primordial (a duração do presente estendido) sejam estabelecidas. Esse quadro real de referência escapa à física teórica; pois, como ser corpóreo, desta feita já não existo enquanto tal (em verdade, o eu também escapa à física). Do que se trata então? Ao almejado quadro dá-se rapidamente um nome: chamemos-lhe de *instante atual*. Mas o que se deve entender exatamente por isso?

A analogia com o espaço tem de nos indicar, pois, o caminho a ser trilhado. Considero meu quadro de referência espacial e egocêntrico, i. e., meu corpo de modo estático, conquanto ele esteja a todo tempo *aqui*; ao passo que todas as demais coisas no espaço são consideradas em movimento ou em repouso, como sendo relativas a ele. Naturalmente, bem sei que esse ângulo de visão é apenas um dentre muitos outros possíveis, que não há, afinal, repouso ou movimento absolutos, que, enfim, ao buscar comparativamente um movimento absoluto – para citar, aqui, um leve paradoxo –, posso considerar o globo terrestre, com vistas aos fins mais habituais, como algo estático. Da mesma maneira, posso considerar o instante atual como algo fixo, como aquilo que, digamos, constitui o *agora* para todos os pontos temporais, ou seja, como algo temporalmente invariável. Desse modo, o instante atual, qual um quadro de referência temporal, é fixo em relação àquilo que somos obrigados a chamar de fluxo do tempo, um fenômeno que escapa à descrição fisicalista e que, por isso, via de regra, é igualmente denegado pelos filósofos fisicalistamente orientados.

Assim é que, enquanto realidade concebida a partir de suas leis próprias, o tempo é uma entidade virtualmente teórica, constituída a partir de pontos temporais tomados como indivíduos virtualmente teóricos, mas que, como bem enfatiza Sellars, não é uma parte do conteúdo do mundo real, senão que uma referência métrica para tal conteúdo em seu vir-a-ser (Cf. TWO, seção XI). A isso deveria ser acrescentado, com Kant e Strawson, que o tempo também possui, ao menos, uma base na forma do mundo, que ele é, pois, uma forma do particular posteriormente desenvolvida com vistas à referência métrica, ou, melhor dizendo, uma forma dos conteúdos da intuição; com a ressalva de que, em Kant, isso se aplica aos conteúdos intuitivos a título de conteúdos internos, pertencentes à consciência; e que, portanto, só lhes são diretamente acessíveis como conteúdos externos, pertencentes ao espaço físico.

No entanto, se considerarmos o tempo uma entidade métrica virtualmente teórica,

formada por diversos pontos temporais – incontável e infinitamente diversos -, então, com isso, não se terá, até que se prove ao contrário, explicado ou alcançado uma imagem do tempo, da flecha do tempo e tampouco do caráter específico do presente. Só nos é dado efigiar ambos, quando imaginamos os pontos da linha do tempo reluzindo como se fossem pequenas lâmpadas, de sorte que cada ponto (ou cada pequeno intervalo entre os pontos) surge logo em seguida ao outro, dando a impressão de um movimento uniforme de uma luz que brilha, digamos, da esquerda à direita, ao longo da reta temporal. Nessa imagem, a luz representa o caráter do presente, e seu movimento uniforme, por sua vez, o fluxo temporal na direção da flecha do tempo. A imagem deixa entrever, porém, um desiderato essencial: como um análogo do presente enquanto tal, ela não oferece nada de constante, estritamente idêntico. Como um brilho do presente atual, o reluzir momentâneo de um ponto temporal é numericamente distinto do reluzir de todos os outros pontos temporais, de modo que constitui apenas a aparência de um presente permanente, o qual, porém, não teria qualquer *fundamentum in re*, nenhuma fundamentação numa realidade efetivamente idêntica e permanente. A comparação do sistema de coordenadas “*nunc*-cêntrico” temporal com o sistema de coordenadas egocêntrico espacial nos leva, porém, a esperar e postular justamente a existência de algo idêntico e permanente. Onde encontramos, pois, esse algo idêntico e permanente, que constitui o caráter do presente?

Ao longo ou através desse algo idêntico, a linha do tempo como que deslizaria qual um trilho, do futuro ao passado, ou, então, inversamente, tal elemento idêntico mover-se-ia uniformemente, ao longo da linha do tempo, rumo ao futuro. Esse movimento (ao qual subjaz o idêntico) teria um *fundamentum in re*, mas sem constituir, ele mesmo, um movimento real – ou seja, o movimento de uma coisa através do espaço. Seria tão-só o movimento virtual de um elemento idêntico e imaterial ao longo de uma entidade métrica virtualmente teó-

rica, a saber, ao longo do tempo abstrato. A realidade subjacente a esse movimento virtual teria, em conjunção com o movimento real e a mudança, de ser buscado como algo idêntico e constante – absoluta ou relativamente? - em todos movimentos reais e mudanças.

Noutra imagem, a constância que constitui o caráter do presente pode ser apreendida como uma janela, uma janela do tempo, a qual se movimenta uniformemente ao longo do tempo abstrato, indo do passado ao futuro, liberando o olhar sobre diferentes episódios (estados e acontecimentos). Os episódios variam, enquanto a janela temporal do presente permanece constante – mas, não absolutamente constante. Tencionamos, ao menos, deixar essa possibilidade em aberto, especialmente por razões que aqui não podem ser exploradas, mas que constituem, de fato, a opção teórica a ser tomada. Segundo esta última, a janela mesma, o quadro da janela, por assim dizer, alteraria, “junto com o tempo”, seu caráter, ou, no mínimo, um aspecto de seu caráter. Este teria, noutras palavras, traços constantes e variáveis. Os traços constantes compõem o caráter do presente enquanto tal, ao passo que os traços variáveis tratam de fazer com que o próprio presente hodierno, de um modo totalmente independente daquilo que está ocorrendo, sintasse diferente – com outro “gosto” e “aroma” – do presente decorrido há vinte, trinta ou sessenta anos. A janela temporal do presente como que se desgasta, ao anular certas possibilidades, possíveis ramificações do futuro, e, com isso, margens de manobra da liberdade. Mas, por outro lado, não se pode dizer que se trata de um efetivo desgaste, porque ainda permanecem constantemente abertas infindáveis possibilidades: a potência de uma quantidade infinita de opções não se reduz, caso algumas opções sejam preteridas. Quando se subtrai a quantidade infinita de números primos (ou, então, de números pares) da quantidade infinita de números naturais, resta-nos ainda uma quantidade infinita – uma quantidade com tantos elementos quanto havia antes. Nessa medida, dever-

-se-ia considerar a paulatina transformação da própria janela temporal (de seu quadro ou vidro), antes do mais, como uma espécie de ganho em determinação, e não como uma perda de possibilidades.

Mas o que é, afinal, essa ominosa janela temporal do presente? Trata-se do próprio tempo sob a égide da figura seminal de um de seus modos, a saber, do presente. Essa indicação soa pouca informativa, tautológica inclusive; ela se torna mais rica, porém, quando a enriquecemos e complementamos mediante um olhar sobre o ser veritativo. A janela temporal do presente, assim como seu rígido caráter, revela-se como o próprio "ser-o-caso" sob a figura seminal de um de seus três aspectos, a saber, do aspecto fenomenal, i. e., do descobrimento daquilo que existe como "sendo-o-caso". Provavelmente, com esse resultado, terminados por nos aproximar da posição de Heidegger em *Ser e tempo*. Mas, afirmar isso enquanto uma tese exegética acarretaria um *onus probandi* que aqui não poderia ser saldado; permito-me, pois, deixar essa questão em aberto, haja vista que a argumentação que conduziu ao nosso resultado é totalmente independente da análise heideggeriana do ser-aí. Resta-nos assegurar: a janela temporal do presente é o aspecto fenomenal da verdade que se manifesta para si, aquilo que, em seu aparente curso isolado no presente, não perde todavia seu nexos de relação com os outros aspectos da verdade (bem como sua relação com os modos temporais restantes).

A deflação da verdade como nivelamento da diferença ontológica

Isso me conduz, pois, à conclusão. O mundo físico é a natureza concreta das coisas individuais e espaços-temporais, incluindo o ser humano. O caráter fisicalista consiste no mundo físico visto à luz de um olhar abstrativo, físico-matemático. Com a adoção desse ângulo de visão, desaparecem aspectos essenciais do real, a saber, suas qualidades fenomenais, sua temporalidade

genuína, e, sobretudo, sua essencial referência subjetiva, a qual depois deverá, sem êxito, ser reencontrada pela física teórica numa busca sem fim.

Aquele que subtrair, primeiramente, todos os números primos da quantidade de números naturais e tencionar, aí então, reintroduzi-los um após o outro, jamais conseguirá levar a bom termo seu esforço. Algo semelhante se nos acontece na formação físico-teórica, a qual se nos torna eternamente uma *physica militans*, e nunca *physica triumphans*, oferecendo fórmulas universais definitivas. Pois, assim que a física se constitui um empreendimento matemático experimental, ela perde de vista a essencial relação subjetiva com o real, seus traços qualitativo-fenomenais e genuinamente temporais. Passa então a engendrar, por conta disso, apenas teorias incompletas e provisórias, as quais, mais cedo ou mais tarde, hão de ir a pique como anomalias. Assim é que toda teoria física acerca do mundo exigirá, uma hora ou outra, uma teoria sucessora, mediante a qual ela é ultrapassada e incorporada. E tal sequência não tem fim.

O desiderato fundamentalmente inexecutável de uma descrição completa do mundo é uma expressão da diferença ontológica, i. e., da diferença entre aquilo que existe objetivamente como "sendo-o-caso" e seu "ser-o-caso". O excesso elusivo em que soçobra malogradamente toda descrição é, pois, o excesso do ser face ao ser objetivado. Quando Quine observa que ser significa ser o valor de uma variável ligada, ele conceitualiza inequivocadamente essa forma de atrofia - a qual Heidegger chama de ser simplesmente dado [*Vorhandenheit*] e que forma o *ens commune* abstrato, ou, antes ainda, o ser abstrativo dos objetos. A diferença ontológica seria, com isso, trivializada. Mas, a circunstância em que o ser veritativo converte-se necessariamente no ser temporal atesta, em contrapartida, a não trivialidade da diferença ontológica, e isso justamente como aquela diferença ou lacuna na qual a *physica militans* tem de empenhar-se infinitamente.

A crença de que a física, no que diz respeito a uma descrição completa do mundo,

não possui nenhuma concorrência da parte das outras disciplinas e que ela tampouco tem de temer a metafísica, eis o que constitui o fisicalismo legítimo e ameno. Este último se torna acrítico, quando passa a considerar o fim da física como sendo algo fundamentalmente possível. Como, porém, não apenas o ser veritativo é temporal, senão que também, às avessas, o ser temporal - bem como, em última análise, todo ser em geral - é veritativo, com o nivelamento da diferença ontológica o conceito de verdade é implicitamente tratado de modo deflacionário no fisicalismo acrítico. Teorias deflacionárias da verdade e fisicalismos acríticos acham-se, nessa medida, intimamente ligados. Uma teoria da verdade substancial, capaz de fazer jus a todos

os três aspectos da verdade, unindo o ser veritativo ao ser temporal, mantém resolutamente diante dos olhos, ao contrário, a incomensurável concreção da natureza e a diferença ontológica.

Referências bibliográficas

ARISTOTELES. *Metafísica*. [s.d.].

MAUTHNER, Fritz. *Wörterbuch der Philosophie*, Leipzig, 1923.

SELLARS, Wilfrid. Time and the World Order. In: *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Band III: Scientific Explanation, Space, and Time, hg. von Herbert Feigl und Grover Maxwell. Minneapolis: 1962.